

A UTOPIA CONCRETIZADA: OS LIBERAIS E A COLONIZAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XIX. O CASO DOS TIROLESES-ITALIANOS

*Renzo M. Grosselli**

*Tradução: Lucy Maffei Hutter***

RESUMO: Não foi a mentalidade mercantilista e capitalista, nem novos conhecimentos e melhoramentos no campo agrícola, artesanal e industrial a maior contribuição da imigração européia ao desenvolvimento do Brasil, no século passado. A sua maior contribuição foi cultural, ligada ao conceito de trabalho, família, poupança, comunidade, futuro. Seguindo as fases da imigração de poucas dezenas de milhares de tirolese-italianos no Brasil, R.M.Grosselli resgata a obra e a utopia dos liberais que se empenharam em construir a base de um Brasil novo, calcado na pequena propriedade rural na forma de uma democracia social que lhe é semelhante. Perderam a batalha? Segundo o autor, a região sul do Brasil demonstra a validade da hipótese dos liberais e, ainda hoje, é uma via possível de ser seguida em todo o país.

UNITERMOS: Liberais; imigração; colonização; tirolese-italianos; pequena propriedade; agricultores.

O Tirol é uma pequena região alpina, que faz fronteira entre a Itália e a Áustria - no nordeste italiano e sudoeste austríaco. Território de população e língua alemãs. E região brutalmente dividida, como outras na Europa, numa das tantas agitações políticas e militares, que assolaram o continente, laboratório desenvolvido do planeta, durante séculos. O Tirol do Norte é austríaco, pela história e vocação, língua e cultura. O Tirol do Sul é politicamente italiano, a partir do término da Primeira Guerra Mundial.

Étnica e culturalmente é também de origem germânica, mas, comporta agora e definitivamente uma sólida minoria étnica italiana, fruto de osmose e intercâmbio ininterruptos com uma região e uma civilização que estão em seu

* Sociólogo e jornalista em Trento, Itália.

** Docente/Pesquisadora na Área de História do IEB/USP.

redor. E, principalmente, resultado da tentativa de italianização forçada, pelo fascismo, naquela região.

Nem sempre, no entanto, o Tirol foi assim. Por setenta anos, a partir da metade do século passado até o fim do primeiro conflito mundial, o Tirol político incluía, também, entre seus limites, a região que antes e depois desse período se denominava Trentino. Terra alpina como o restante do Tirol, o Trentino era e será sempre local de língua e cultura italianas, embora sujeito a sucessivas tentativas de germanização - seguidas de processos análogos, porém, de modelo italianizante -, por vezes espontâneas, por vezes bem estudadas e calculadas. O resultado de tudo isso, no Trentino, foi estruturar-se uma cultura que, sob a origem italiana, inseriu maneiras de ser, de exprimir-se e pensar, típicas do mundo alpino e também das regiões germânicas a ele confinadas. O Trentino não era o Tirol, ainda que compartilhando ao norte o ambiente físico, os Alpes, parte da história e, acima de tudo, relações sociais, culturais e econômicas constantes, positivas e pacíficas.

No início do século XIX, o Trentino passou a fazer parte do Império austríaco e até a metade do século, também como resposta às pressões filo-italianas da burguesia local, a Áustria, por lei, mudou o nome dessa região: Tirol Meridional ou Tirol Italiano¹. Um nome odiado pelos patriotas e pelos *irredentisti*. Um nome querido e venerado pela classe camponesa. Não cabe aqui adentrar no porquê de tal dissonância. Frisaremos tão somente o amor e a devoção dos camponeses trentinos pela casa reinante personificada pela figura solene, patriarcal, triste e paternal do Imperador Francisco José - mediada e em parte induzida, por um acordo de *marketing*, direcionado para a figura reinante e apoiado pela política da Igreja trentina que, durante todo o século passado, se manteve mais próxima à religiosa Áustria do que à ala liberal e garibaldina da nascente Itália. A Áustria significava tradição, ordem, hierarquia, valores e sistemas inseridos na cultura camponesa e isto fazia com que o Trentino mantivesse uma secular osmose com o mundo germânico.

Os tirolezes vieram em grande número para o Brasil. E aqui pensava-se, e ainda se pensa, que eram eles originários das terras alpinas e germânicas situadas nas imediações de Innsbruck. A grande maioria, no entanto, constituía-se de tirolezes do sul, tirolezes italianos.

O Trentino é uma região de 6.000 quilômetros quadrados de belas e escarpadas montanhas e 350.000 pessoas, por volta de 1870². E tanto a situação eco-

1. Uma ordem do governo austríaco, baixada em 1854, proibia o uso do nome "Trentino" que, na documentação oficial, devia ser substituído por "Tirol Italiano" ou "Tirol Meridional".

2. Exatamente 341.519 segundo GRANDI, C. La popolazione rurale trentina nella prima metà dell'Ottocento. Primi risultati di un'indagine. In: AAVV. *Popolazione, assistenza e struttura agraria nell'Ottocento trentino*. Trento, 1978.

nômico-social, como a cultural, em brusca mutação.³ Uma crise de transformação, que tinha muito a ver com a transição de uma sociedade tradicional, baseada na agricultura de subsistência para uma realidade sócio-econômica mais moderna, aberta ao avanço do capitalismo. Todo o século XIX foi de crise para a região trentina, mas, na segunda metade do século, o sofrimento tornou-se ainda mais agudo, atingindo um limite até então desconhecido - e nunca sentido até hoje. A pobreza na região trentina aumentava, evidentemente, reflexo da situação econômica e social: subalimentação; índice muito alto de mortalidade infantil; doenças devastadoras de caráter epidêmico e endêmico, que diminuía a média de vida e a transformavam em uma triste trajetória; milhares de trabalhadores agrícolas ficaram sem terra e fora do mercado de trabalho e, fora deste, também, artesãos, comerciantes e operários. Exemplificando essa situação: nos últimos trinta anos do século, metade dos proprietários de terra, trentinos - pequenos proprietários, visto que o terreno de tamanho médio não chegava a um hectare e meio de extensão - perderam sua terra; 20% da força de trabalho ia para os países confinantes à procura de algo que lhe permitisse o retorno; dezenas de milhares deixaram definitivamente a terra natal, espalhando-se pela Europa e Américas; 25% dos que nasciam morriam durante o primeiro ano de vida, enquanto que 50% deles não chegava aos 20 anos de idade, e a média de vida não superava os 36 anos.⁴ Culturalmente, no entanto, a região trentina vinha empreendendo um longo trajeto, que a levou a se afastar daquela sociedade camponesa, possível de definição através de alguns conceitos, que a forjavam: agricultura de subsistência, radicalismo católico e família grande, como base da estrutura econômica e social. A mudança cultural (crise da família patriarcal, processo de lenta descristianização etc) trouxe sofrimento. Fatalismo e resignação, ainda que presente entre os camponeses e, talvez, fruto de uma religiosidade abrangente, não atingiam aquela cultura européia, em intensidade tal, que pudesse constranger a uma aquiescência diante dos eventos negativos, espécie de auto-suicídio e de suicídio coletivo. Mecanismos individuais deste tipo - o alcoolismo como um deles - passaram a ser uma constante naquela região. A população procurou um corretivo para esse grave dano: ampliou a área cultivada, intensificou ainda mais o trabalho, procurou

3. Sobre a situação econômico-social trentina durante a segunda metade do século XIX veja: LEONARDI, A. *Depressione e "risorgimento econômico" del Trentino: 1866-1912*. Trento, 1976; e ZANINELLI, S. *Una agricoltura di montagna nell'Ottocento: il Trentino*. Trento, 1976. Alguns aspectos significativos da complexa crise vivida, na época, pelo Trentino, que concorreram para o desencadeamento do fenômeno migratório de massa, são tratados em GROSSELLI, R.M. Gabelle, militarismo ed altro. *Alla radice del mito americano nel Trentino austriaco*. In: GRANDI, C., org. *Emigrazione. Memorie e realtà*. Trento, Provincia Autonoma di Trento, 1990.
4. Um estudo deste gênero, relativo a um só distrito trentino, Primiero, é o de GROSSELLI, R.M. *Dove cresce l'araucaria. Dal Primiero a Novo Tyrol. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Parte 3. Paraná 1874-1940. Trento, Provincia Autonoma di Trento, 1989.

emprego temporário nas regiões vizinhas. E, depois, em terras sempre mais longínquas. Finalmente, muitos decidiram ir-se definitivamente. E lá estava a América que, no século XIX, tinha interesse em receber os europeus.

A emigração transoceânica definitiva e, posteriormente, a temporânea, começou a ser conhecida no Trentino, ou Tirol Meridional, nos primeiros anos da década de 70 do século passado⁵. Até o final daquele século, o Brasil se tornou a terra de preferência dos que se iam definitivamente⁶. Isto, no entanto, deu-se mais devido às contingências internacionais do que a uma escolha consciente. Os trentinos, ou tirolezes, se estabeleceram na terra de Cabral porque era a única disponível. O Brasil, com a lei sobre colonização de 1867 (decreto 3784 de 19 de janeiro) e com o contrato Caetano Pinto (30 junho 1874), garantia aos agricultores muito pobres a viagem gratuita e um pedaço de terra a custo baixo⁷, o que não era garantido nem pela Argentina e nem pelos Estados Unidos, regiões mais próprias àqueles trabalhadores, e que vieram a superar o Brasil quanto à introdução de imigrantes em seus territórios. A viagem paga continuou mesmo depois de revogada a referida lei e da suspensão do contrato. Mas, não era mais o Brasil que atraía os emigrantes, era o estado de São Paulo⁸.

Por uns quinze anos, a partir de 1874, o que atraiu mais os agricultores trentinos (e europeus), no Brasil, foi o fato favorável de uma colonização, que, se podia dizer, situava-se numa vertente liberal (em sentido literal e não partidário) e progressista dos grupos políticos. Intelectuais que desejavam o desmantelamento do sistema escravista e, ao mesmo tempo, o redimensionamento do imenso poder narcotizante do setor latifundiário⁹. A criação de um setor social intermediário entre a escravidão e o patronato era o seu sonho: uma classe de pequenos proprietários agrícolas, de artesãos e pequenos industriais, que pudessem tirar o país da letargia colonial. Entorpecimento devido à pouca propensão à mudança

5. Com relação à primeira fase da emigração para a América pode-se recorrer a GRANDI, C. *Verso i paesi della speranza. L'emigrazione trentina dal 1870 a 1914*. Albano Terme, 1987.
6. Sobre o fluxo migratório trentino em direção ao Brasil pode ser consultado GROSSELLI, R.M. *Vincere o morire. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Parte 1: Santa Catarina, 1875-1900. Provincia Autonoma di Trento, 1986; GROSSELLI, R.M. *Colonie Imperiali nella Terra del Caffè. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Parte 2: Espírito Santo, 1874-1900. Provincia Autonoma di Trento, 1987; GROSSELLI, R.M. *Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Parte 4: São Paulo, 1875-1914. Provincia Autonoma di Trento, 1991; além do já citado *Dove cresce l'araucaria...* do mesmo autor.
7. Lei e contrato encontram-se em GROSSELLI, R.M. *Vincere o morire...* Op. cit.
8. Sobre essa questão existe uma vastíssima bibliografia. Limitamo-nos aqui a indicar tão somente a obra relativa a São Paulo do autor deste artigo, as obras de TRENTO, A. *Là dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1949*. Padova, 1984 e ALVIM, Z.M.F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo, 1986.
9. A autora que mais se ocupa com essa questão é T.Schorer Petrone. Veja-se: Imigração. In: FAUSTO, Boris, org. *História Geral da Civilização Brasileira*. Parte 2. São Paulo, 1977. v. 3.

de certos latifundiários e à total impossibilidade de pensá-la, e ainda mais de realizá-la, por parte não só da massa escrava, mas também dos grupos brancos, que viviam à margem ou em função do latifúndio¹⁰.

Vieram os trentinos, em número elevado, se considerarmos o tamanho da região de onde partiram. Ajuntaram-se ou foram reunidos em núcleos coloniais catarinenses, riograndenses do sul, paranaenses, paulistas ou capixabas. De 15 a 20 mil adquiriram um lote de terra em um desses núcleos. De 4 a 6 mil foram para Santa Catarina, de 5 a 10 mil para o Rio Grande do Sul, mais de 3 mil para o Espírito Santo, cerca de mil para o Paraná e várias centenas deles para os núcleos coloniais implantados pelo governo paulista e mineiro. Na maioria das vezes, as terras por eles adquiridas não se encontravam perto das vias de comunicação, nem mesmo entre as mais planas e férteis. Isto se deu, por um lado, devido ao fato de terem eles chegado a essas regiões e núcleos coloniais já ocupados anteriormente pelos alemães (Santa Catarina e Espírito Santo). Por outro lado, foram forçados a se instalarem em locais periféricos, porque esse era o interesse do Estado: tomar habitadas terras do interior, ainda desabitadas, ou aquelas do sul, que, uma vez ocupadas por agricultores europeus, evitariam eventuais idéias expansionistas por parte dos argentinos. Foram colocados, em geral, em terras difíceis para a agricultura, longe dos latifúndios, e em terras livres, por esses não visadas. Mas, com o aproximar-se do fim da escravidão, também a grande propriedade volta-se para a mão-de-obra européia. São Paulo, principalmente, e, em menor escala, Minas e Rio bloquearam os financiamentos para a colonização e os direcionaram no sentido de obter a mão-de-obra para as fazendas. Pensava-se então nos agricultores europeus, em especial nos italianos, encaminhados agora para a lavoura cafeeira. Em meio a eles, vieram também trentinos, embora agora em menor número: de 6 a 8 mil para São Paulo e, talvez, cerca de mil ou pouco mais para Minas Gerais, algumas centenas para o Rio de Janeiro - esparsos grupos familiares foram até mesmo para Pernambuco. Enquanto quase todos aqueles que tinham adquirido um lote de terra permaneceram nos núcleos coloniais do sul - com um bom número de mudanças do Espírito Santo e Santa Catarina para o Rio Grande do Sul -, muitos dos que foram trabalhar nas fazendas saíram de lá. Quando da partida, muitas vezes as famílias sonhavam retornar para casa, depois de alguns anos de trabalho nas lavouras em São Paulo e, com o dinheiro ganho, reaver a sua propriedade no Trentino. Para muitos o sonho se realizou pela metade: voltaram sim, mas sem economias. É fora de dúvida que o fluxo migratório dos trentinos em direção ao Brasil, principalmente entre 1880 e a

10. A questão é tratada também por MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul. Implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre, 1975; VANGELISTA, C. *Le braccia per la fazenda. Immigrati e "caipiras" nella formazione del mercato del lavoro paulista (1850-1930)*. Milano, Angeli, 1982.

Primeira Guerra Mundial, teria sido bem mais considerável se o país lhes tivesse deixado ainda a possibilidade de se estabelecerem como pequenos proprietários. Os que puderam, mas estes foram relativamente poucos, mesmo no referido período, juntaram-se aos parentes estabelecidos nas antigas zonas coloniais, sobretudo no Rio Grande do Sul, enquanto boa parte teve de sujeitar-se ao trabalho nas fazendas, visto que isso lhes permitia a viagem gratuita.

Ao todo, de 25.000 a 30.000 trentinos, entre 1874 e 1914, emigraram para o Brasil, onde muitos permaneceram (20.000?). Tratava-se, na grande maioria, de agricultores, no entanto, sabemos que centenas deles eram artesãos, comerciantes, operários (sobretudo especializados no trabalho em ferrovias) e pequenos empreendedores. A maioria dos agricultores se fixou nos núcleos coloniais do sul e entre aqueles que vieram para São Paulo, Minas e Rio, muitos, em uma segunda etapa, tornaram-se pequenos proprietários. Constituíam uma porcentagem menor aqueles que permaneceram nas cidades, ou se dedicaram ao trabalho nas ferrovias do Espírito Santo, Bahia, Rio, Minas, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Temos conhecimento de dezenas de casos de trentinos que em pouco tempo se transformaram em pequenos, depois médios e até grandes industriais e comerciantes.

Em algumas zonas brasileiras, encontram-se ainda não só vestígios claros dos trentinos, mas, também, da sua cultura de origem. Em Santa Catarina, encontram-se tais traços mais do que em outros estados. Pode-se dizer que as comunidades de Nova Trento, Rodeio, Rio dos Cedros são trentino-brasileiras. O mesmo ocorre em Lageado Alto (Guabiruba) e em zonas dos municípios de Gaspar, Ascurra, Orleans, Luís Alves. No Espírito Santo, a hereditariedade trentina é encontrada mais em Santa Teresa e menos em Alfredo Chaves. No Paraná, resquícios trentinos se encontram em Santa Maria do Novo Tirol (Piraquara) e em Teixeira Soares. No Rio Grande do Sul, nas regiões de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi são muitas as minorias trentinas. Mesmo em São Paulo, onde o processo de assimilação se deu muito mais rápido, há comunidades tipicamente trentinas em Sant'Ana e Santa Olímpia (nas cercanias de Piracicaba). Diz-se que no Município de Campos, no estado do Rio de Janeiro, existe ainda uma localidade denominada Tirol.

A segunda e terceira gerações e, em alguns casos, a quarta, ficaram no território brasileiro; mesmo com o fracionamento da propriedade e com a altíssima taxa de crescimento do grupo. Em zonas e em épocas diferentes, os trentinos, e italianos do norte da Itália em geral, apresentaram na zona rural do Brasil uma taxa de crescimento anual equivalente a 4%¹¹. Poderia ser ainda bem mais alta,

11. Para os italianos do Rio Grande do Sul (a maioria vênets, lombardos e trentinos) podemos indicar: GUNTHER, D. von Delhaes. *La colonizzazione italiana nel quadro dell'emigrazione europea verso il Brasile Meridionale (1875-1914)*. In: *Gli italiani fuori d'Italia. Gli emigrati italiani nei movimenti operai dei paesi d'adozione 1880-1949*. B. Bezza, Fond. G. Brodolini ed. Milano, 1983. Quanto aos imi-

se culturalmente não existisse um fator de esterilização: a religiosidade, em razão da qual os trentinos do Brasil formaram milhares de sacerdotes e frades e um número ainda maior de freiras¹². Os trentinos constituíram na nova terra algumas congregações religiosas, masculinas e femininas, e dentre elas saíram alguns bispos (só Sta. Ana e Olímpia, nos últimos 3 anos, deram ao Brasil 2 bispos). O Papa João Paulo II, durante sua visita ao país, em Florianópolis, beatificou uma freira que nasceu no Trentino e mudou-se para Nova Trento, Amabile Visintainer, madre Paulina. Será a primeira santa brasileira. Pode-se afirmar que, nesse aspecto, a comunidade de origem trentina deu uma total contribuição à história do Brasil. A questão torna-se menos ideológica do que poderia parecer se pensarmos que, geralmente, religiosos e ordens religiosas são portadores de processos de alfabetização, de construções de infra-estrutura no campo médico, de assistência social etc, carentes não só no Brasil dos finais do século passado, mas, ainda nos dias atuais. Devemos, pois, considerar em termos globais a contribuição da igreja trentina na vida brasileira. Neste sentido, não podemos esquecer a ação missionária originária da região alpina. No fim do século passado, marcava presença, no território brasileiro, em São Paulo, uma missão capuchinha trentina que, no decorrer de algumas décadas, criara escolas, hospitais, orfanatos, além de igrejas, seminários, conventos. Tem-se notícias de missionários trentinos que, em meados do século, já atuavam em terras brasileiras e essa tradição continuou até os nossos dias, com numerosos missionários trentinos espalhados principalmente no nordeste do país. A questão deve ser colocada em toda a sua complexidade, evidenciando, por exemplo, o tipo de catolicismo que os missionários transmitiam, a prática social e política nele inseridas, o impacto com a cultura popular. Poder-se-ia também trazer à tona o provável resultado negativo, introduzido pela total inserção das massas européias (por nós trentinos) no contexto brasileiro. Para fazer só uma referência à obra missionária, da qual nos ocupamos recentemente¹³, não se pode negar a aproximação destrutiva dos corajosos padres com a cultura indígena, ou mesmo uma certa função de amparo, narcotizante, que o missionário mantinha entre as massas desfavorecidas, que trabalhavam na fazenda, e o latifúndio. Não é, todavia esta a contribuição à questão em pauta.

Retomando o fio que tínhamos deixado, as sucessivas gerações de trentinos-brasileiros - evidentemente sempre mais misturadas com pessoas de outras

grantes do Paraná veja-se BALHANA, A. Pilatti. *Santa Felicidade. Uma Paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba, 1978. Taxas de crescimento similares foram encontradas também na comunidade de Sta. Teresa (Espírito Santo), a maioria trentina. Veja-se GROSSELLI, R.M. *Colonie Imperiali... Op. cit.*

12. Sobre esse aspecto veja-se o capítulo *Le colonie italiane nel Brasile Meridionale: religione e Chiesa*. In: GROSSELLI, R.M. *Vincere o Morire... Op. cit.*

13. Fratopoli: la Missione Cappuccina trentina a S. Paolo. In: GROSSELLI, R.M. *Da schiavi bianchi... Op. cit.*

etnias e não só a italiana mas, também, a alemã, a eslava, a autóctone - começaram um processo de reemigração interna no Brasil, ainda hoje não concluída. Das zonas de colonização do Rio Grande do Sul começaram a se mudar para o norte desse mesmo estado. Depois, para o oeste catarinense e, enfim, para o sudeste do Paraná. Da costa catarinense, seguindo atrás da madeira, transferiram-se, cada vez mais para o interior, indo atingir o Mato Grosso. De São Paulo, se movimentaram em direção ao Paraná e ao Mato Grosso. De Minas, encaminharam-se para o noroeste paulista. Do Espírito Santo, entraram no leste mineiro e no sul da Bahia. Seguindo a madeira, ou por qualquer motivo, do Paraná e de outras zonas pioneiras da colonização, alguns trentinos foram para a Amazônia. Diversos se encaminharam para a zona de colonização oficial que, nos últimos decênios, criou uma nova frente de penetração de colonos na Rondônia. Neste caso, os trentino-brasileiros eram originários principalmente do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. Essa, no entanto, não foi a única frente de expansão da colonização trentina. Sem uma pesquisa específica, mas, por meio de informações provenientes de parentes que permaneceram na primeira zona de ocupação, sabemos de pessoas de origem trentina - porém, em geral, italianas do norte da Itália, alemãs e polonesas -, que se transferiram para Goiás, Tocantins, Distrito Federal, sul do Pará e oeste da Bahia¹⁴. Se, por vezes, como já referimos¹⁵, foi a madeira que os impulsionou, nove entre dez continuaram a tradição agrícola, quase sempre em pequenas propriedades. Durante as nossas prolongadas estadias de estudo no Brasil, conhecemos núcleos familiares espalhados em vários estados brasileiros. Um exemplo nos parece significativo: em Araruna (Paraná) encontramos a família de Setembrino Gavazzoni. O avô veio, provavelmente, da Lombardia. Estabeleceu-se no Rio Grande do Sul, onde o filho casou-se com uma trentina. Esse adquiriu terra no oeste catarinense. Após algumas décadas, seu filho Setembrino comprou um lote de terra em Araruna, no Paraná. E não terminou aí. O filho mais velho de Setembrino, em sociedade com o pai, está atualmente trabalhando em um terreno adquirido há alguns anos em Tocantins.

Parece, evidentemente, que esta é uma das maiores contribuições dos trentinos ao desenvolvimento do Brasil. Contribuição complexa. De uma parte, foram

14. Não existem pesquisas exaustivas sobre esse fenômeno da reemigração das segundas, terceiras e quartas gerações de imigrantes europeus (sobretudo italianos e alemães) no Brasil. Na nossa pesquisa conseguimos obter dados confiáveis a respeito da questão e a ela fizemos referência em nossos escritos. Sobre a ocupação do oeste catarinense por parte dos imigrantes do Rio Grande do Sul veja-se SANTOS, R.I. Correa dos. e PIAZZA, F.M. L'emigrazione italiana nello Stato di S.Catarina. In: ZILIO, Meo, org. *Presenza, cultura, lingua e tradizioni dei veneti nel mondo*. Parte 1: America Latina. Venezia. 1987. Quanto aos movimentos migratórios internos no Paraná, ou provenientes de estados limítrofes veja-se FUKUSHIMA, M. *Algumas características das migrações internas do Paraná*. Curitiba, 1986. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Paraná.
15. GROSSELLI, R.M. *Dove cresce l'araucaria... Op. cit.*

agentes ativos, e o são ainda, do avanço da fronteira agrícola e da inserção de vasta área, antes virgem e infrutífera, na esfera do mercado. De outro lado, mantiveram por decênios a vocação agrícola e a capacidade de realizá-la, através da pequena propriedade. Não é pouco, quando se trata de um país no qual o latifúndio parece não conhecer retrocesso, produzindo em larga escala para a exportação e pondo-se como freio à formação de uma classe agrícola mais ampla e voltada ao aumento do mercado interno. A contribuição dos trentinos e de outros, neste sentido, pode ser vista como a fome de terra, ou, fora da retórica, um apego às tradições e maneira de ser dos agricultores, fato este que podemos definir em síntese como "amor à terra". Neste caso, também é necessário prestar atenção para não se assumir uma posição patriótica e chauvinista. A complexidade do discurso não permite nada que se assemelhe ao seguinte: era uma floresta virgem, habitada por povos primitivos, quando chegaram os nossos e iniciou-se então a mudança. O avanço da fronteira agrícola, por exemplo, significou e significa a destruição de reservas florestais do país. O mesmo ocorre quando se trata da contribuição de muitos trentinos à criação de uma próspera e organizada indústria de madeira. E as questões que devemos colocar são, também, de outro tipo. Diz-se que os alemães e italianos trouxeram para o sul do Brasil um método agrícola mais avançado. Na essência, a asserção parece correta, porém, constatamos, em alguns dos nossos estudos, que os agricultores do norte da Itália, braçais do vale, ou donos de bem pequenas propriedades nos Alpes, raramente tinham conhecimento de técnicas agrícolas mais modernas. É o mesmo vale para muitos alemães - os pomeranos, por exemplo, que vieram em grande número para o Brasil¹⁶.

Talvez seja outra a perspectiva com a qual se deva enfrentar a questão e não pode ser senão uma perspectiva observada sob diferentes aspectos. Os europeus que vieram para os núcleos coloniais e para as fazendas, e mesmo para as cidades, eram vistos como mão-de-obra, único interesse para o latifúndio. Na realidade, porém, eram eles portadores de algo mais. É sabido que não foi de secundária importância o capital que os agricultores trouxeram consigo - mesmo se considerarmos que os italianos do norte e os trentinos, diferentemente dos alemães e outros, deram neste sentido uma contribuição mínima. Mas, acima de tudo, eram eles portadores de uma complexa cultura. Desta cultura se tem destacado, tradicionalmente, o aspecto da "capacidade recém-trazida": artesanal, agrícola, comercial e industrial e, por vezes, científica. Constituíram, certamente, contribuição insubstituível ao desenvolvimento do país, dificilmente produzida no local, senão durante um longo período em circunstâncias muito favoráveis. São, entretanto, outras as conotações culturais novas trazidas pela imigração européia à história não só brasileira, mas, também, à italiana e trentina.

16. O tema é tratado em *Sistema di colonizzazione, fertilità delle terre, tecniche agricole*. In: GROSSELLI, R.M. *Colonie Imperiali...Op.cit.*

Os trentinos que vieram para o Brasil eram, em sua maioria, agricultores alfabetizados¹⁷, reunidos em famílias numerosas, habituados nos Alpes a um exaustivo trabalho cotidiano. O passado os tinha acostumado a viver agrupados em pequenas comunidades agrícolas, que constituíam a única defesa, já secular, contra a prepotência feudal e os exércitos invasores. Essas comunidades encontraram, ao longo dos séculos, a capacidade de se auto-regulamentar, de criar estatutos e leis e ter seus próprios dirigentes.

A propriedade era uma das bases da vida econômica daqueles aglomerados rurais, significando, entretanto, em termos espirituais e éticos, o sentimento de posse, o senso de comunidade - senão próprio de Estado, visto que naquela época estados nacionais, como Itália, Áustria e Alemanha estavam ainda em vias de formação.

Eis quem eram, em síntese, os 20.000 ou 30.000 trentinos que emigraram para o Brasil: agricultores, ou artesãos, operários e pequenos empreendedores de origem rural, bastante afeiçoados à pequena propriedade - que possuíam até pouco antes e que de uma hora para outra tinham perdido -, capazes de se sujeitarem a encargos de trabalho dignos de nota, profundamente católicos, organizados em estruturas familiares patriarcais, com capacidade e tendência à poupança de maneira marcante. Existem, certamente, outras características culturais dessas pessoas - e não pensamos, evidente, no folclore, porém, sobretudo como exemplo, na forma de solidariedade social típica do mundo alpino -, entretanto, aquelas, acima indicadas, por si só falam da substancial contribuição que, acreditamos, os trentinos deram ao desenvolvimento do Brasil. Pequena propriedade agrícola, capacidade de trabalho, coesão familiar e comunitária, habilidade para poupar constituem valores que, quase na totalidade, eram esperados pelos liberais de então. Estes queriam trazer para o Brasil pequenos empreendedores agrícolas e artesãos, que fornecessem para as cidades gêneros de consumo, que criassem e desenvolvessem um mercado mais significativo e, também, que fossem portadores de estímulo à democratização do país, contida pela onipotência do latifúndio e aquiescência passiva das massas populares e escravizadas. Alguns desses valores representavam o oposto daqueles que serviram ao latifúndio, quase que desde os tempos do descobrimento, e que tinham forjado a cultura nacional.

Neste sentido, não seria inútil retomarmos a discussão que há tempos divide as opiniões dos historiadores - no Brasil e na Europa - sobre a utilidade de um processo de colonização, mas, também, do fornecimento de mão-de-obra para a lavoura cafeeira paulista, mais com trabalhadores europeus, do que com a massa

17. No Império austríaco, do qual o Trentino fez parte até o término da Primeira Guerra Mundial, a obrigatoriedade da frequência escolar até os 12 anos de idade foi instituída, por lei, em 1774 (aumentada para até 14 anos, em 1869). Em 1880, no Trentino, só 12,07% dos meninos, com mais de seis anos de idade, e 16,32% das meninas eram analfabetos.

de deserdados que viviam no litoral e nas cidades brasileiras e, sobretudo, liberados com a decadência do latifúndio açucareiro do nordeste¹⁸. Algumas sugestões se colocam como que em oposição, como em um espelho, em relação a outras posições, presentes nos dois lados do oceano, as quais tendem a minimizar a contribuição do europeu, mostrando os valores absolutos e não particularizando aspectos problemáticos. É difícil, por vezes, discernir o dado de estudo da defesa apriorística da própria história nacional, ou se nota um destaque de cunho igualitário (de evidente matriz católica e marxista), que não condiz com uma análise cultural comparada.

O latifúndio e a sua reiterada e prolongada escolha escravocrata tinha forjado a cultura nacional brasileira como, também, a sua desequilibrada estrutura econômica. Até hoje, não obstante a aparência da grande contribuição da imigração européia, o sistema sócio-econômico brasileiro se ressentia bastante, não só devido ao fenômeno da concentração da propriedade rural, mas, ainda, aos resquícios culturais do sistema servil-escravista que, em 1888, não foi certamente resolvido.

A população negra, colocada sob um rápido processo de desculturalização, reconstruiu sua identidade baseada no fingimento, na fuga, na desconfiança, no medo. Uma cultura adaptada sobretudo à sobrevivência física e psicológica. O núcleo familiar escravo era dispersado, violentado, fragmentado, virtualmente impedido de existir como uma estrutura estável e significativa, fosse ela social ou econômica. Como diria uma estudiosa do assunto, os ex-escravos se preparavam, dessa maneira, para ser uma multidão de marginais e braçais, e jamais poderiam ter-se constituído em pequenos proprietários¹⁹. Uma vida de trabalho forçado a favor dos prepotentes não podia senão trazer, para si mesmo e para a comunidade, a alienação, produto da própria fadiga. Trágica e bem significativa é a frase recolhida de uma pessoa de cor, idosa, que respondeu a quem estava lhe dando uma ordem, vinte anos após a promulgação da Lei Áurea: "Quem pensa que eu sou? Uma italiana?"²⁰

Mas, não era só entre os ex-escravos que tal conceito e uma conseqüente prática de labor encontravam amplo espaço. Sabemos como se exprimiam as classes dominantes de então com relação ao caboclo: "Se encontram como que

18. Parece simbólica a tese de Celso Furtado quando no seu livro *Formação econômica do Brasil*, 20. ed. São Paulo, 1985 afirma: "As colônias criadas em diversas partes do Brasil, pelo governo imperial ressentiam-se de um fundamento econômico; a razão de sua existência baseava-se na crença da superioridade inata do trabalhador europeu." E acrescenta, simplificando em demasia os sucessivos desenvolvimentos daqueles núcleos coloniais esparsos, principalmente, no Sul do país: "Quase sempre, quando após grandes despesas, se deixava a colônia dependendo de suas próprias forças, esta tendia à decadência, regressando à simples economia de subsistência."

19. COSTA, E. Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, S. Buarque de, org. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, 1982. Parte 2. v3.

20. HOLLOWAY, T.H. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em S.Paulo*. S.Paulo, 1984.

em um estado primitivo, se limitam à caça e à pesca vestindo-se com roupas de algodão, recusam o serviço de camarada, estão contentes, não querem sujeitar-se ao trabalho no campo”²¹. Conceitos similares coexistem em quase todos os segmentos políticos da época e encontram-se também nas anotações de viajantes europeus e de diretores de núcleos coloniais do governo (de nacionalidade brasileira ou européia). Trata-se, evidentemente, de generalizações gratuitas e preconceituosas. O que cremos ser importante é mostrar que tal preconceito fotografa não tanto a figura do caboclo, mas delinea muito mais os contornos de um sistema social e econômico, e até cultural, dominado, quase sem nenhuma interferência, pelo latifúndio. A imagem do caboclo, vista de outro ângulo, é a imagem do latifúndio brasileiro daquela época, que modelou o país. Muito se escreveu a propósito, no entanto nos parece útil chamar a atenção para alguns elementos que a realidade escravista-latifundiária marcou na cultura popular brasileira:

a) a já assinalada percepção do trabalho como algo desvalorizado, ou como pura necessidade;

b) a crise da instituição familiar, compreendida no sentido tradicional, com graves conseqüências, não só em termos sociais - abandono de menores, marginalidade -, mas também econômicos, pois uma estrutura familiar compacta está mais apta a obter resultados positivos, seja no processo de colonização, seja em situação de contrato agrícola semelhante à parceria;

c) o hábito social da falta de propriedade e hábito psicológico - era impossível até mesmo sonhar em ter uma propriedade. A lei do mais forte e detentor do poder, que persistiu até 1850, de uma parte trouxe a formação e a consolidação da grande propriedade, de outra, colocou à margem e cancelou mesmo a simples possibilidade de existência da pequena propriedade. Nesse meio tempo, a violência e a prepotência, e também a lei - se pensarmos na lei de prestação de serviços de 1830 - tentavam fazer dos pequenos proprietários em potencial, ou agricultores espontâneos, dependentes do latifúndio. A lei de terras de 1850, de fato, não mudou esse estado de coisas. Assim, de certo modo, facilitou ao latifúndio a apreensão de terras livres e as negou à pequena propriedade. A sua aplicação real contrariou aquilo que de novo a lei continha;

d) certa carência do sentimento de pertencer à comunidade se resolverá também por parte do Estado, no momento em que este, ou deixa tal questão cair facilmente no esquecimento, ou, mais uma vez, a entende como um desvalor. Toda a comunidade e mesmo o Estado nacional se resumiam no proprietário e na fazenda. Seus eram os capangas, a polícia, os juizes, os legisladores, os presidentes, a terra, enfim, a nação.

21. COSTA, E.Viotti da. *Da senzala a colônia*. 3. ed. São Paulo, 1989.

Pode-se ainda juntar a estas mais algumas observações. Essa série de "faltas" forjou outras tantas na malha social e cultural do país. Para sintetizar, podemos falar de uma falta geral de sonhos e ilusões, como também de aspirações, derivadas de um contexto sócio-econômico que privava de direito os que se encontravam em posição inferior e os transformava em objetos. Falta de aspiração significava, por sua vez, falta de programa para si e para os filhos. Por exemplo, nada de poupança ou idéia de investir no futuro, para o futuro.

Quando alguém, no Brasil, fala impiedosamente de uma sub-raça existente em certas zonas do país, resultado de carência alimentar secular e de carência cultural, fala de transformações genéticas derivadas da prepotência, advindas de leis nacionais. Não importa se o fenômeno ocorre assim como está descrito. É significativo, no entanto, que se fale a respeito. Até a boa literatura o faz, sendo que, em geral, sabe manifestar a consciência do povo. Eis Clarice Lispector, no seu livro *A hora da estrela*, falando de Macabea, nordestina que se mudou para o Rio: "Ela vive num limbo impessoal, sem alcançar o pior, nem o melhor. Ela somente vive, inspirando e expirando, inspirando e expirando. Na verdade o seu viver é ralo."

O caboclo, se visto como figura negativa - o outro lado do estereótipo é a sua coragem de desbravador, a sua força, a sua astúcia -, é a imagem de um sistema forjado sobretudo pelo latifúndio.

E agora me pergunto: era possível pensar em mudar a direção do desenvolvimento brasileiro partindo do *status quo*? Sem uma decisiva ajuda do exterior? Raros eram aqueles, entre os da classe dirigente da época, que poderiam querer mudar e de fato quiseram. O que então existia, não teria permitido uma mudança. Insensato era esperar-se um *harakiri* da grande propriedade, enquanto que na base não existia nenhuma possibilidade de se organizar. Talvez nem mesmo de se cogitar. Geneticamente, o nativo não era inferior com relação ao europeu, mas, aquele não encontrou em si razão e força para opor-se ao já existente, ao enorme poder da grande propriedade.

Isto foi feito pela imigração européia, chamada para os núcleos coloniais dos liberais. Núcleos esses localizados longe dos latifúndios e, portanto, capazes de não serem absorvidos. O sonho dos progressistas daquele tempo pôde ser realizado porque, na maioria das vezes, a grande propriedade colocou obstáculos, com sucesso, o que fez com que tais núcleos fossem criados em áreas longínquas, de pouco interesse e de difícil acesso. Mas, a mudança difícil, sofrida e parcial veio também através dos grandes proprietários, acompanhando suas decisões. As centenas de milhares de europeus que eles queriam a seu serviço, sobretudo em São Paulo, chegaram, de qualquer modo, a demonstrar e a organizar certa resistência ao sistema sócio-econômico que os hospedava. Mobilidade territorial, greves rurais, violência física conseguiram quebrar um pouco o sistema, modificar algumas leis, permitir um controle internacional - nem sempre imperia-

lista - sobre a fazenda. Os cafeicultores de São Paulo lograram provavelmente - digo provavelmente porque a história dos núcleos coloniais implantados pelo governo paulista não foi ainda escrita - a sufocar as tentativas de colonização feitas em sua região, mas, de qualquer modo tiveram de entrar em acordo com os colonos europeus, sobretudo italianos, e com consulados e embaixadas.

Seria interessante aqui abrir um parêntese para definir se, realmente, o italiano, principalmente o do nordeste da Itália, maciçamente presente em São Paulo, não rendia e não se opunha mais do que outras etnias e, portanto, era elemento de menor força para mudança - o que, outra vez, se incluiria naquele discurso, que não se faz mais, sobre o resultado negativo das correntes imigratórias européias²².

Centenas de milhares de italianos se estabeleceram no Brasil no século XIX e em princípios do século XX. No sul constituíram, juntamente com outros, um sistema sócio-econômico diferente do existente no restante do país. E isto o demonstra o sul de hoje, com a pequena propriedade e com o sistema de cooperação, indicadores sócio-econômicos de modelo europeu. Os liberais estavam certos em sua previsão, venceram parte de sua batalha, mesmo se pensassem tê-la perdido. Não se criara de todo um Brasil novo, mas, uma nova parte do Brasil. E, mesmo em São Paulo, italianos e outros europeus contribuíram para uma mudança progressiva. Impuseram contradições e compromissos à grande propriedade. E, em parte, souberam levar avante a pequena propriedade, que, de início, lhe fora negada.

A contribuição italiana e trentina para o desenvolvimento do Brasil, nos dois últimos séculos, é toda de cunho cultural. Concretizou-se em diversos setores: desde o conhecimento e práticas agrícolas, àqueles empresariais, profissionais, comerciais e no campo de criação artística e científica. Mas, talvez a principal contribuição não esteja tanto na capacidade industrial dos italianos. Próximo ao símbolo representado pelos Matarazzo devemos ter presente a imagem do trabalhador rural, com a picareta e a enxada, na floresta ou no cafézal - e também a do operário de São Paulo, sobre o qual não nos deteremos, por ser este um fato marginal no conjunto da imigração trentina.

Finalmente, chamamos a atenção para o sistema pré-existente que não se rendeu, venceu batalhas importantes, voltou-se contra a pequena propriedade,

22. A brandura do colono originário do norte da Itália, contraposta à pronta autodefesa do meridional (em São Paulo chamado de "calabrês", e representado, no estereótipo popular com a faca na mão) já tinha sido anotada por observadores, nos finais do século XIX e inícios do século XX. Veja-se PERROD, E. *La Provincia di S.Paolo (Brasile). Rapporto dell'avv. Enrico Perrod Regio Console a S.Paolo (2 agosto 1887)*. Roma, 1888; BIANCO, M. Zanotti. *Il Distretto del R.V. Consolato d'Italia in Ribeirão Preto. Bollettino del Min. Affari Esteri*, agosto 1915; ROSSI, A. *Condizioni dei coloni italiani nello Stato di S.Paolo del Brasile. (Relazione e diarii sulla missione compiuta dal cav. Adolfo Rossi)*. *Bollettino dell'Emigrazione*, n.7, 1902.

conduziu sempre o Estado e paralisou zonas inteiras do país. Os constantes privilégios à grande propriedade, a penalização à pequena propriedade e uma crise nacional e continental, que tem raízes complexas e múltiplas, vêm há decênios causando um fenômeno inverso àquele sonhado pelos liberais. O abandono do campo, a urbanização e mesmo a fuga do país estão dispersando uma parte positiva herdada do século passado. Pessoas de origem japonesa, que estão deixando o país, e as centenas de milhares de origem italiana, que pedem a cidadania italiana, são um sintoma alarmante. Mas como pensar em ser útil a um país que, desabitado à poupança, decide confiscar a poupança de quem, com muito esforço, conseguiu fazer frutificar pequenos lotes de algumas dezenas de hectares de terra? Quem trouxe para o Brasil o necessário e positivo valor cultural da pequena poupança foi, até nisto, desestimulado. A um paradoxo desse tipo queremos juntar, de nossa parte, uma consideração também paradoxal. Talvez fosse melhor, na sua característica fraqueza, na sua indecisão, o Imperador D. Pedro II, se o relacionarmos com os mais modernos governantes, filhos de um país velho, velhíssimo, sem sonho, nem futuro.

Enfim, aguardamos uma outra oportunidade para levar nossa colaboração, nossas idéias, para um debate no qual sejam inseridos, também, aspectos negativos, ou potencialmente negativos, da contribuição dos trentinos à história brasileira.

THE CONCLUDED UTOPIA: THE LIBERALS AND THE COLONIZATION IN THE 19th CENTURY IN BRAZIL. THE CASE OF ITALIAN-TYROLESES

ABSTRACT: It was not the mercantilist and capitalist mentality, neither the new knowledge and improvements in the agricultural field, handiwork and industrial the best contribution of the European immigration to the Brazil's development, at the last century. The best contribution was cultural, attached to the work concept, family, savings, community and future. Following the immigration's phases of a few ten of thousands of italian-tyrolese in Brazil, R.M. Grosselli ransoms the liberals work and utopia who pawned to construct the basis of a new Brazil, based on the little rural property on the way of social democracy on which it resembled. Lost they the battle? In accordance with the author the South region of Brazil shows the validity of the liberals hypothesis and, still today, it is a possible way to be followed throughout the country.

KEYWORDS: Liberals; immigration; colonization; italian-tyrolese; little rural property; peasant.